

AS ESCOLAS AFRRREFERENCIADAS NO BRASIL E O SEU IMPACTO NA EFETIVAÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANTIRRACISTA

Autora Maria Valêscia Oliveira dos Reis¹

Orientadora Carolina Maria Costa Bernardo²

Avaliadora Rosangela Ribeiro da Silva³

Avaliadora Juliana Silva Santana⁴

RESUMO

Esta pesquisa realizou uma investigação acerca das escolas afrorreferenciadas a partir da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa, uma instituição comprometida com a inclusão e a valorização de conhecimentos e saberes afrorreferenciados. Além disso, a pesquisa discute como as práticas racistas nas escolas impactam negativamente tanto crianças negras quanto brancas, evidenciando os prejuízos à constituição das subjetividades negras. Os objetivos desta pesquisa foram: 1. Identificar e analisar as escolas no Brasil de Educação Infantil e Ensino Fundamental I que adotam um projeto político curricular pedagógico afrorreferenciado; 2. Compreender as principais estratégias pedagógicas e como essas metodologias enegrecem os processos de subjetivação dos alunos e alunas; 3. Analisar o impacto das escolas afrorreferenciadas no Brasil na efetivação de uma sociedade antirracista. As principais referências teóricas utilizadas foram Eliane Cavalleiro (2020), Maria André (2007), Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro (2021). Fez-se o estado da arte e o estudo de caso de quatro escolas localizadas nas cidades de Goiânia, São Paulo, Niterói e Salvador. A análise das práticas pedagógicas desenvolvidas por essas escolas evidenciou o quanto é fundamental existirem cada vez mais instituições comprometidas em promover uma educação antirracista e afrorreferenciada, que prepara seus alunos e alunas para lidar com a diversidade.

Palavras-chave: Escolas afrorreferenciadas. Subjetividades negras. Educação antirracista.

INTRODUÇÃO

Considero, refletindo a partir das leituras das obras de Oliveira; Balieiro; Santos (2020) e Cavalleiro (2020), necessária a existência de escolas que possuem currículos afrorreferenciados, afro-brasileiros, contracoloniais e antirracistas. Com estes currículos, inclui-se saberes que envolvem a cultura de crianças negras, brancas e indígenas e efetiva-se o artigo 26-A da Lei Nacional da Educação (LDB 9394/96).

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.

² Pedagoga, Dra. em Educação, Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: carolcostabernardo@unilab.edu.br

³ Pedagoga, Dra. em Educação, Docente da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. E-mail: rosangelaribeiro@unilab.edu.br

⁴ Pedagoga, Dra. em Educação, Docente da Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: juliana.santana@uece.br

Desde a educação infantil até o ensino superior, estudei em instituições públicas e foi nesse espaço, no processo de escolarização, que aprendi a desenvolver a minha capacidade de socialização, leitura crítica e escrita, além de um pensamento reflexivo. Comecei a estudar em 2004 e, estando inserida nesse contexto, tive experiências positivas, como o incentivo de professoras, particularmente uma professora do 1º ano que, enquanto esperava meu pai me buscar na escola, me envolvia com livros, estimulando o meu gosto pela leitura. No entanto, também experienciei um ensino que não aborda as questões raciais, tampouco os conteúdos sobre a cultura afro-brasileira, ao contrário, uma educação que retratou a pessoa negra em uma posição de subalternização e desvalor. O que foi prejudicial para meu entendimento das questões étnico-raciais. Como professora, atualmente, gostaria de atuar na contramão racista, utilizando práticas pedagógicas que valorizem as existências negras e indígenas por meio de práticas e conteúdos afroreferenciados.

Hoje, como graduanda do curso de Pedagogia da UNILAB e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, tive a oportunidade de voltar para a escola pública, observar e perceber como ainda permanecem algumas práticas racistas e de um ensino eurocêntrico, como, por exemplo, a contação de histórias que não contemplam as realidades das crianças negras e periféricas. Como estagiária da componente Estágio em Educação Infantil no período de maio de 2023 em uma escola na cidade de Baturité-CE, presenciei professoras fazerem a contação da história do Sítio do Pica-pau Amarelo, que coloca a pessoa branca em um lugar de prestígio e a pessoa negra em um lugar de servidão, por meio das personagens de Dona Benta, uma mulher branca e idosa, proprietária do sítio Pica-pau Amarelo, e da personagem da tia Nastácia, uma mulher negra e idosa que trabalha como cozinheira no Sítio. Presenciar situações como estas me motivou a realizar essa investigação: *as escolas antirracistas no Brasil e o seu impacto na efetivação de uma sociedade antirracista*.

Em busca de encontrar escolas que adotem projetos políticos pedagógicos enegrecidos, pesquisei sobre a Escola Afro-Brasileira Maria Felipa, escola afro-brasileira no país que se preocupa com a inclusão e a valorização de conhecimentos e saberes afroreferenciados, assim como com a promoção de educação antirracista e libertadora. Para isso, realizei um rastreamento por artigos, teses ou dissertações sobre esta escola, buscando entender melhor sua criação e sua manutenção, e encontrei três trabalhos: dois artigos no portal de periódicos

da CAPES⁵ e uma dissertação na Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD)⁶.

Título	Autores	Ano
Do epistemicídio decolonial à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa.	Maria Clara Araújo dos Passos e Bárbara Carine Soares Pinheiro	2021
Ensino de História e Decolonialidade: proposta e experiência da escola Afro-Brasileira Maria Felipa.	Gusmão Freitas Amorim	2023
Que inglês é esse que eu quero saber: uma afroeducação plurilíngue e decolonial na Escola Afro-Brasileira Maria Felipa.	Naiara Santos Felipe Costa	2024

Também foi realizado um levantamento de dados, rastreando artigos, teses e dissertações na Scielo, no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na Biblioteca Digital Brasileira de Tese e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico sobre os seguintes temas: escolas negras, escolas pretas, escolas do movimento negro, escolas antirracistas e escolas para escravizado. Assim, temos na tabela abaixo o resultado quantitativo de trabalhos encontrados relacionados às escolas antirracistas.

	Artigo	Dissertação
Periódicos-Capes	14	0
BDTD	0	8
Scielo	1	0
Google Acadêmico	7	0

Após esse levantamento quantitativo, escolhi analisar qualitativamente os quatro trabalhos citados abaixo:

Título	Autores	Ano
A educação infantil na pandemia: a experiência de uma escola pública antirracista.	Raul Cabral França, Marina Basques	2020

⁵ <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez373.periodicos.capes.gov.br/>

⁶ <https://bdtd.ibict.br/vufind>

	Masella e Ana Maria Falcão de Aragão	
Um brinquedo diferente na luta antirracista na educação infantil: o livro de literatura.	Cecília Maria Vieira e Thaís Regina de Carvalho	2023
“Ei, você! Qual é a sua cor?”: práxis antirracistas e a construção da identidade na educação infantil.	Joana Paula dos Santos Gomes de Oliveira, Valdianne Guimarães Pereira e Patricia Leal Rebeque	2023
O protagonismo do Irê Ayó na construção de uma pedagogia de formação integral: caminhos para a felicidade.	Mateus Melo da Silva e Francisco Vanderlei Ferreira da Costa	2021

Ponto de partida

Conforme o artigo de Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro, a Escola Afro-Brasileira Maria Felipa é considerada pela mídia como a primeira escola de educação básica de currículo afrocentrado no Brasil. Situada em Salvador e criada em 2018, surge da inquietação da professora e doutora em ensino de Química e consultora pedagógica, Bárbara Carine Soares Pinheiro (UFBA), em relação às práticas pedagógicas empregadas na escola em que sua filha estudaria. Preocupada com o racismo escolar, idealizou um ambiente educacional de valorização das ancestralidades africanas a partir das primeiras civilizações existentes e não somente pelas lentes do processo de escravização.

Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro (2021) afirmam que o projeto político pedagógico da escola possui práticas pedagógicas que apresentam imaginários positivos às crianças, por meio de projetos que valorizam a representatividade dos povos e nações não contemplados nos currículos hegemônicos. Incluem, por exemplo, nomes de impérios africanos e povos indígenas para identificar séries e turmas. A Educação Infantil se dá nas seguintes modalidades: grupo II - Império Inca, grupo III - Reino de Daomé, grupo IV - Império Maia e grupo V - Império Ashanti. O ensino fundamental I atua da seguinte forma: 1º ano - Reino do Mali, 2º ano - Reino dos povos Tupinambás, 3º ano - Quilombo dos Palmares,

4º ano - Povos Yanomami e 5º ano Reino de Benim. A sala do turno integral é o império de Kush. Esta organização das séries e ciclos valoriza, como se pode observar, o modo civilizatório dos povos originários do continente africano e americano.

Segundo Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro (2021), a escola garante um espaço onde as diversas culturas infantis sejam valorizadas, ensina os conteúdos considerados hegemônicos e resgata e valoriza os conhecimentos afro-brasileiros. As autoras informam que a instituição utiliza um calendário que dá importância a acontecimentos como, por exemplo, a Revolta dos Malês (1835) e a festa indígena Inti Raymi, que celebra o Sol, uma tradição do império Inca. Além disso, a data de 22 de abril é marcada como o “Dia da Memória dos Povos Originários”, em vez de ser celebrada como o descobrimento do Brasil. Conforme o site da escola, são realizados projetos anuais como: Afrotech - Feira de ciência africana e afrodiaspórica; Mariscada - Mostra artístico-cultural decolonial; Semana das artes negras e indígenas; Formatura no quilombo; Aulas de campo afrocentradas e Práticas de aproximação através da culinária afetiva (mingau de nanã, feijoada de Ogum, festa das águas, etc.); Afroeducativa - formações pedagógicas para as relações étnico raciais; Afrovivência - vivência pedagógica de educadores e educadoras acompanhando a rotina da escola; Decolônia de férias; Festival artístico educacional Avante Maria Felipa e Escola Maria Felipa na rota Afroturística em SSA. Esses projetos têm por objetivo envolver as crianças e suas famílias em experiências negras e indígenas, oferecendo-lhes pluralidades vivenciais nas culturas não hegemônicas, historicamente oprimidas e subalternizadas pela opressão branca.

A cultura afro-brasileira e indígena é profundamente integrada ao ambiente escolar. De acordo com Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro (2021), essa integração permite que as crianças se familiarizem com essas culturas desde cedo, por meio da nomeação das turmas e da inclusão de conteúdos e projetos escolares. Essa abordagem é de suma importância, ao combater o silenciamento dessa cultura e estabelecer uma contra narrativa ao status quo hegemônico branco-grego. Tanto as crianças negras quanto as brancas são levadas a reconhecer que a cultura do seu país é formada por uma diversidade de culturas e povos, e que o lugar onde vivem é rico em diversidade. Esse reconhecimento é essencial para uma educação afrocentrada e antirracista.

Em um vídeo do YouTube no canal TEDx Talks, a idealizadora Bárbara Carine discursa sobre a escola afro-brasileira, pontuando aspectos muito interessantes do trabalho da escola, a destacar, sendo um espaço para todas as crianças, porém ela traz uma nova

perspectiva para a criança negra por fazer com que se sintam acolhidas e representadas. Buscando enfrentar o eurocentrismo em todas as suas dimensões: estética, curricular, ética e religiosa, a escola compreende que a humanidade é constituída a partir de diversos marcos civilizatórios e as crianças precisam se formar a partir dessas compreensões.

Muitas famílias brancas matriculam suas crianças compreendendo que elas precisam também desenvolver a sua humanidade, entendendo que as crianças negras são igualmente humanas como elas. A Escola Afro-brasileira Maria Felipa está com seis anos de existência e irá abrir uma nova sede no Rio de Janeiro, no bairro Tijuca, com primeiro ano letivo em 2025.

É possível então afirmar que a escola Afro-brasileira Maria Felipa desempenha um papel crucial ao desafiar um sistema educacional que há tanto tempo invisibiliza pessoas negras e a cultura afro-brasileira. Além de reconhecer a presença e a cultura da criança negra no espaço escolar, a escola Maria Felipa, de acordo com Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro (2021), ultrapassa a proposta de ensino por meio somente da contação de histórias afro-brasileiras e desenvolve um currículo que apresenta os conhecimentos em diversas áreas do saber e das ciências considerando as civilizações africanas e nativas das Américas.

Problematização

O artigo de Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro (2021), principal fonte das informações que tive sobre a escola, faz uma importante leitura acerca das contribuições antirracistas que uma escola afrocentrada pode oferecer para a formação de uma nova ordem no país. É fundamental compreender que os problemas enfrentados por crianças negras e brancas em escolas com práticas racistas afetam negativamente ambas. Crianças negras enfrentam exclusão social, sendo frequentemente isoladas pelas outras crianças e alvo de insultos devido aos estigmas ligados às suas características físicas. Muitas vezes, não se sentem aceitas pelos professores e professoras, recebendo menos elogios, contribuindo para uma baixa autoestima. Há também uma falta de representatividade nas histórias e nos livros didáticos. Por outro lado, crianças brancas são superestimadas e a falta de uma educação que aborde a diversidade étnica e racial as leva a excluir crianças negras (FRANÇA, 2017) e desenvolverem o senso de superioridade.

A escola é o espaço onde crianças e adolescentes passam uma considerável carga horária de suas vidas e diversas experiências são vivenciadas, constituindo nossas subjetividades. Para as crianças negras, muitas das suas experiências dolorosas são

vivenciadas na escola, através da manutenção de práticas racistas no ambiente escolar, incluindo um currículo que frequentemente retrata pessoas negras em posições desumanizantes.

Segundo Maria André (2007), o processo de subjetivação são experiências que nos atravessam, marcando nossas vivências por meio da dor, da alegria, da tristeza e vários outros sentimentos que nos passam e constroem a nossa subjetividade. No caso das pessoas negras, o processo de subjetivação é profundamente marcado pelo racismo e pela desvalorização associada à cor da pele, ao cabelo, à cultura, à religião e a uma narrativa histórica da escravização na perspectiva da branquitude. No caso das pessoas brancas, que historicamente ocuparam o papel de referência em termos de beleza, cultura, moral e inteligência, desenvolveu-se um complexo de superioridade. Isso faz com que apenas aquilo que está associado à branquitude seja visto como correto e desejável.

A problemática apresentada confirma uma necessidade de escolas como a escola Afro-brasileira Maria Felipa. Neste panorama, apresento as perguntas que sulcaram a investigação desta pesquisa: 1) *quais escolas no Brasil, de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, adotam um projeto político curricular pedagógico afrorreferenciado?* 2) *Quais são suas principais estratégias pedagógicas e como essas metodologias enegrecem os processos de subjetivação dos alunos e alunas?* e 3) *quais análises podemos fazer sobre o impacto das escolas antirracistas no Brasil na efetivação de uma sociedade antirracista?*

Os objetivos da pesquisa são: 1. Identificar e analisar as escolas no Brasil de Educação Infantil e Ensino Fundamental I que adotam um projeto político curricular pedagógico afrorreferenciado; 2. Compreender as principais estratégias pedagógicas e como essas metodologias enegrecem os processos de subjetivação dos alunos e alunas; 3. Analisar o impacto das escolas antirracistas no Brasil na efetivação de uma sociedade antirracista.

A investigação deste trabalho começou pela escola Afro-brasileira Maria Felipa, cujas práticas pedagógicas representam um exemplo relevante de implementação da educação antirracista. Ao observar a abordagem da escola, tornou-se evidente seu compromisso com a valorização das culturas afro-brasileira e indígena, refletindo uma preocupação com a formação de uma identidade positiva nas crianças negras, o incentivo ao respeito pela diversidade cultural entre todas as crianças e a promoção da valorização da ancestralidade.

Diante disso, tendo a escola Afro-brasileira Maria Felipa como referência, me perguntei sobre quais são as outras escolas que realizam ou buscam desenvolver um trabalho semelhante. Assim, realizei uma busca por trabalhos sobre escolas antirracistas e encontrei trabalhos sobre quatro instituições que chamaram minha atenção pelo compromisso e preocupação em oferecer uma educação antirracista, educar as crianças para as relações étnico-raciais e lidar com a diversidade.

Metodologia

A pesquisa é realizada numa abordagem qualitativa, do tipo bibliográfica e de estudo de caso, visando traçar um caminho para obter as respostas das perguntas realizadas. Inicialmente, foi feito o estado da arte, seguido do estudo dos artigos encontrados sobre as escolas afrorreferenciadas e, posteriormente, da análise em busca da compreensão do fenômeno.

O estudo de caso, conforme Marly Oliveira (2008), é um método que se aplica em diversas áreas de conhecimento, sendo considerado eclético, utilizado para atender aos objetivos preestabelecidos na pesquisa e buscar fundamentos e explicações para determinado fato ou fenômeno. O método de estudo de caso utilizado é o estudo de caso múltiplo, que envolve a análise de duas ou mais realidades, ou situações. Os casos analisados são: 1º caso: Escola Afro-brasileira Maria Felipa; 2º caso: E.M.E.I. Nelson Mandela; 3º caso: Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Goiânia; 4º caso: Unidade Municipal de Educação Infantil da cidade de Niterói; 5º caso: Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos. Inicialmente, pretendeu-se fazer análise documental dos currículos, contudo, não foi possível.

O RACISMO NA ESCOLA E O PREJUÍZO À CONSTITUIÇÃO DAS SUBJETIVIDADES NEGRAS

Na instituição escolar, há uma considerável diversidade de corpos e de modos de viver (corpos pretos, pardos, indígenas e brancos, para citar marcadores de cor/raça). Porém, existe uma contrariedade ao estabelecer um padrão branco na escola, evidenciada por elementos da cultura branca, como, por exemplo, o cabelo liso e os tons da pele como referência de valor positivo. Um padrão corporal que desqualifica corpos de estudantes negros e indígenas. A desvalorização da expressão cultural também é evidente, pois danças e manifestações

afro-brasileiras e indígenas, como o Jongo, o Coco, o Tambor de Crioula, são vistas como exóticas e não recebem o mesmo reconhecimento e valorização que, por exemplo, o balé.

Segundo Oliveira, Balieiro e Santos (2020), existem graves consequências ao desenvolvimento cognitivo, intelectual e emocional para quem é vítima de racismo. Por isso, é momento de rompermos o silêncio em torno do racismo que ocorre no ambiente escolar. Precisamos abordar essas questões de forma crítica e enxergar além da ignorância e da falta de responsabilidade que levam muitas vezes à recusa em reconhecer o que realmente acontece nas instituições de ensino. O racismo pode se manifestar nas práticas pedagógicas de professores e professoras, nos conteúdos dos currículos e até nos Projetos Políticos Pedagógicos, que, em alguns casos, acabam sendo instrumentos que perpetuam o racismo escolar.

Eliane Cavalleiro (2020) destaca a comparação entre o alunado negro e o branco, evidenciando que as taxas de exclusão e reprovação são significativamente maiores entre as crianças negras. Esse fato não é uma coincidência, mas sim uma consequência de um sistema educacional formal que marginaliza os saberes afro-brasileiros, ignora a história do povo negro, impõe às crianças negras um comportamento pautado em normas brancas e, muitas vezes, conta com o silêncio dos professores e professoras diante de situações de discriminação.

Segundo Eliane Cavalleiro (2020), a exposição ao racismo que as crianças negras enfrentam compromete o desenvolvimento de sua personalidade, afetando a construção de sua subjetividade. Maria André (2007) discute os processos de subjetivação dos afro-brasileiros e as repercussões psíquicas que o sistema escravocrata deixou para as gerações futuras do povo negro. Ela destaca várias problemáticas presentes nas relações sociais, como a imposição de uma ideologia europeia que exige das pessoas negras a adoção de um padrão de vida branco. Como consequência dessa ideologia, os povos negros foram forçados pelos brancos a se constituir à margem da sociedade, o que resultou na desvalorização de tudo o que provém da cultura dos povos negros.

Segundo esta autora, existe uma herança do sistema escravocrata que posiciona o branco em um lugar de privilégios e com maior acesso, enquanto sua cultura é considerada superior. Em contrapartida, os afro-brasileiros foram relegados a uma posição de invisibilidade, considerados desinteressantes e sem reconhecimento. Essas heranças do

sistema escravocrata tiveram repercussões psíquicas, gerando sentimentos de vergonha, inferiorização, culpa, humilhação e uma autoestima baixa entre os afro-brasileiros.

Ao analisarmos as subjetividades dessas pessoas, como fazem Isildinha Nogueira (2021) e Maria André (2007), percebemos o quanto essas experiências traumáticas afetaram sua construção pessoal e coletiva. Um trauma constantemente lembrado pela escola branca. Quando pensamos nas crianças negras nas escolas, a subjetividade dessas crianças é frequentemente afetada pela invisibilidade a que são submetidas, tendo sua história frequentemente lembrada apenas pelo viés da escravização, e sendo raramente associadas a narrativas de reis, rainhas e impérios africanos, como feito na Escola Afro-brasileira Maria Felipa.

França (2017) discute a discriminação enfrentada por crianças negras nas escolas, destacando que elas têm maior dificuldade de acesso e permanência na escola devido ao preconceito. Embora tenham acesso à escola e à sala de aula, as crianças negras experimentam uma exclusão simbólica que as faz sentir-se não aceitas nesse ambiente. Essa exclusão ocorre tanto por parte de colegas quanto de professores e professoras.

A escola deve ser um lugar onde todos se tratam mutuamente com respeito, reconhecendo e valorizando as diferenças. No entanto, a falta de uma educação que promova o entendimento da diversidade acaba por alimentar o preconceito no ambiente escolar. As crianças negras, vistas como “diferentes”, têm suas características físicas e cor de pele inferiorizadas, enquanto as crianças brancas são frequentemente superestimadas e supervalorizadas. Essa dinâmica contribui para situações de racismo, nas quais adultos e crianças brancas podem desprezar e maltratar crianças negras porque foram educadas para isso.

O racismo nas escolas não afeta apenas as relações entre alunos e alunas, mas também as relações entre professores/professoras e alunos/alunas. Muitos professores e professoras se referem aos seus alunos e alunas negras com apelidos pejorativos e demonstram uma desvalorização em relação ao conhecimento que essas crianças possuem. Frequentemente, os professores e professoras atribuem menos valor às crianças negras e mais valor às crianças brancas, resultando em avaliações enviesadas que presumem o fracasso das crianças negras.

Ao reconhecer o cenário de racismo nas escolas e os problemas que ele causa, como mencionado anteriormente, fica evidente a importância de instituições antirracistas, como a

Escola Afro-brasileira Maria Felipa. Ao analisar o trabalho dessa escola, observa-se um modelo de educação afrorreferenciado e antirracista. No entanto, é igualmente importante reconhecer que algumas escolas já identificaram a necessidade de abordar as questões étnico-raciais e incluir conteúdos afrorreferenciados, compreendendo a relevância de uma educação antirracista. Essas instituições, que adotaram práticas educativas antirracistas, também merecem ser reconhecidas e ter sua visibilidade ampliada.

A maioria das instituições educacionais no Brasil não é como a Escola Maria Felipa. Ao contrário desta, são escolas cujo currículo é brancocêntrico. Existe um padrão de vida branco disseminado e estabelecido para todas e todos (ANDRÉ, 2007). Esse padrão cria um conceito racista sobre as pessoas negras e as coloca em um lugar de desumanização, e como consequência, essas pessoas têm seus modos de vida excluídos. Este padrão é muito disseminado nas escolas e instituições de formação educacional, onde a criança precisa estar, por existir uma obrigatoriedade, uma normativa social. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que as crianças devem estar matriculadas na escola, sendo dever dos pais ou responsáveis garantir essa matrícula na rede de ensino regular. Ademais, a Lei n. 12.796/2013, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornou obrigatória a matrícula na pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, estabelecendo essa obrigatoriedade até os 17 anos.

Embora existam instituições de ensino onde o racismo persiste e as práticas pedagógicas desvalorizam a cultura afro-brasileira, predominando um conhecimento eurocêntrico, é essencial reconhecer e valorizar as mudanças e conquistas alcançadas com muita luta e esforço. Um exemplo notável é a atuação do Movimento Negro, que, por meio de suas lutas, conseguiu provocar mudanças significativas no sistema educacional formal “branco”. Uma das maiores conquistas foi a promulgação da Lei 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas de todo o país.

Porto, Silva e Sousa (2023) discutem alguns desafios e perspectivas para a promoção de uma educação antirracista, destacando a importância da implementação da Lei 10.639/2003. Um dos principais objetivos dessa lei é contribuir para uma educação que combata o racismo, promovendo a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao valorizar e respeitar a história e cultura afro-brasileira. Além disso, a lei visa estimular a formação de uma consciência crítica e antirracista, transformando a educação em um espaço

onde a identidade negra é empoderada e valorizada. Essa valorização é fundamental para formar cidadãos e cidadãs mais críticos e comprometidos na luta contra o racismo.

Ainda que a Lei 10.639/2003 traga muitos benefícios para a promoção de uma educação antirracista, encontram-se desafios em sua implementação nas escolas brasileiras. Porto, Silva e Sousa (2023) destacam, entre esses desafios, a resistência de alguns professores e professoras em abordar a temática afro-brasileira. Além disso, a falta de materiais adequados também é um problema significativo, pois os recursos disponíveis muitas vezes perpetuam estereótipos e preconceitos sobre os grupos étnicos.

A Lei 10.639/2003 completou 20 anos no ano passado e, embora ainda existam dificuldades na sua implementação nas escolas, é possível observar que, nos últimos anos, têm surgido mais discussões sobre relações étnico-raciais, educação antirracista, escolas afrorreferenciadas e a valorização da cultura afro-brasileira. A temática da educação antirracista e das escolas afrorreferenciadas é relativamente recente e vem ganhando destaque, tanto nas discussões midiáticas quanto em produções acadêmicas. No entanto, algumas escolas já vêm trabalhando com a educação antirracista e afrorreferenciada há bastante tempo, desenvolvendo projetos voltados para o resgate e valorização da cultura afro-brasileira.

Ainda que essa questão tenha se tornado mais visível recentemente, há instituições que há muito realizam um trabalho de educação afrorreferenciada, promovendo a educação para as relações étnico-raciais. Infelizmente, o trabalho dessas escolas passa frequentemente despercebido, sem a devida discussão ou reconhecimento. Por isso, é essencial pesquisar e dar visibilidade a essas iniciativas, mostrando o que é feito nas escolas para resgatar a cultura afro-brasileira e implementar a Lei 10.639/2003. Compreender a importância e o impacto dessas ações no ambiente escolar revela o quão revolucionário é abordar essas questões na educação.

Embora a Escola Afro-brasileira Maria Felipa tenha sido a principal motivação para a pesquisa sobre a temática de escolas afrorreferenciadas e antirracistas, ela não é a única instituição a adotar essa abordagem. Apesar dessa visibilidade dada pela atuação de sua idealizadora, existem, e já existiram, outras instituições que também promovem uma educação afrorreferenciada e antirracista.

É importante considerar que o silêncio dos docentes diante do racismo nas escolas ocorre em parte, pelo fato de não saberem como lidar com essa questão, e em grande medida,

pelo resultado de uma formação docente que não os fez conhecer o lugar que ocupam no problema e tampouco os preparou adequadamente para enfrentar os conflitos étnico-raciais no ambiente escolar. Essa falta de preparo contribui para o silêncio em situações de racismo, criando um ambiente onde essas situações podem ocorrer com maior frequência e gravidade, prejudicando as crianças negras que sofrem com o racismo.

Os educadores e as educadoras precisam entender a gravidade do racismo nas escolas e os prejuízos que ele causa, inclusive no que diz respeito à abordagem de conteúdos afro-brasileiros e à história do povo negro e africano. Devem reconhecer a importância de buscar conhecimentos africanos e afro-brasileiros, realizar pesquisas e investir em uma formação continuada. Além disso, é crucial que as escolas e secretarias de educação promovam formações específicas para capacitar os profissionais da educação a lidar com as questões raciais.

É essencial que o sistema de educação formal incorpore elementos que promovam uma identificação positiva para alunos e alunas negras. Isso pode começar com a formação de professores e professoras capacitados para lidar com as questões ético-raciais, mas vai além disso. Dado o racismo estrutural, diversas esferas da sociedade também precisam reconhecer e assumir sua responsabilidade no combate ao racismo, como o Estado e suas políticas públicas, que devem implementar medidas para combater a discriminação em áreas como saúde, lazer, educação, segurança e mercado de trabalho. A mídia e a indústria cultural, por sua vez, também têm um papel crucial nesse processo, ao promover representações sociais que valorizem a imagem de pessoas negras, aumentando a representatividade e desconstruindo estereótipos.

DE PRETEXTATO À MARIA FELIPA: O QUE AS ESCOLAS AFRRREFERENCIADAS TÊM A NOS DIZER

Ao longo da história, houve movimentos de resistência contra um sistema “branco” que impunha um modo de vida eurocêntrico às pessoas negras. Na educação, não foi diferente; também surgiram movimentos que se opunham a esse sistema. Um exemplo disso é a escola do professor Pretextato, que acolhia meninos negros que não eram bem recebidos nas instituições de ensino convencionais.

No artigo de Adriana Silva (2002), é mencionado que a escola de Pretextato dos Passos e Silva foi criada em 1853 por um professor que se identificava como preto. O

professor Pretextato foi procurado por várias famílias que lhe pediram para abrir uma escola primária em sua casa para que seus filhos de cor preta e parda pudessem estudar, uma vez que, em algumas escolas, os pais de alunos brancos não aceitavam que crianças pretas e pardas compartilhassem o mesmo espaço que seus filhos. Além disso, os professores dessas escolas também não queriam admitir alunos pretos em suas turmas. Algumas dessas crianças pretas relataram não se sentir bem acolhidas nessas instituições.

Para que Pretextato pudesse abrir sua escola em casa, ele precisava passar por alguns exames profissionais exigidos para lecionar. No entanto, ele utilizou uma estratégia para conseguir a autorização para ensinar em sua residência, recorreu a certos estereótipos que identificavam as pessoas negras na sociedade escravista, a fim de sensibilizar as autoridades educacionais da corte. Segundo Adriana Silva (2002), Pretextato foi muito inteligente e astuto ao agir dessa forma, conseguindo contornar as regras da sociedade escravista que oprimiam os alunos negros. A escola primária particular de Pretextato funcionou legalmente por 20 anos, até 1873, atendendo 15 alunos.

Podemos dizer que a escola do professor Pretextato é a primeira referência de escola antirracista? Para Adriana Silva (2002), foi a primeira escola exclusiva para negros no Brasil. Politicamente, foi criada antes da abolição oficial como alternativa contra o racismo da época (Silva, 2002). Uma resposta à necessidade de proporcionar uma educação digna para crianças negras, que não eram bem tratadas em outras instituições. Esse esforço mostrou que, naquela época, era necessário burlar as regras do sistema escravocrata para que essas crianças pudessem estudar com um pouco de dignidade.

Na pesquisa que realizei, encontrei estudos que evidenciam a existência de outras quatro escolas além das mencionadas até aqui: a Maria Felipa e a Pretextato. O processo de investigação para encontrar essas escolas foi desafiador, pois, apesar de haver muitos trabalhos acadêmicos sobre educação antirracista e afroreferenciada, foram poucos os que abordaram especificamente o trabalho de escolas antirracistas. Entre os textos encontrados, foram selecionados os trabalhos de quatro escolas que se destacam por adotar, de alguma forma, uma educação antirracista e afroreferenciada, que oferecem Educação Infantil e Ensino Fundamental I.

Essas quatro escolas implementam práticas pedagógicas que colocam em perspectiva a efetivação da Lei 10.639/03 e constroem um imaginário positivo para as crianças negras, promovendo o ensino das relações étnico-raciais, desconstruindo estereótipos sobre pessoas

negras, valorizando os conhecimentos africanos e abordando a diversidade dos diferentes tons de pele. Além disso, elas têm um forte compromisso em valorizar a cultura afro-brasileira no ambiente escolar. Essas instituições entendem que tanto crianças negras quanto brancas precisam ter contato com a cultura afro-brasileira.

As escolas que apreciaremos aqui são: 1) E.M.E.I. Nelson Mandela, localizada no bairro do Limão, Zona Norte de São Paulo; 2) Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, situada no bairro do São Gonçalo do Retiro, em Salvador, Bahia; 3) o Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Goiânia, Goiás e 4) a Unidade Municipal de Educação Infantil, localizada na zona periférica da cidade de Niterói, Rio de Janeiro. Chamarei a escola 1) de Nelson Mandela, a escola 2) de Eugênia Anna, a escola 3) de CMEI e a escola 4) de UMEI.

As principais estratégias pedagógicas das escolas antirracistas

Das quatro escolas identificadas, duas, o Centro Municipal de Educação Infantil de Goiânia e a Unidade Municipal de Educação Infantil de Niterói, abordam questões étnico-raciais e educação afroreferenciada e antirracista, principalmente mediante projetos iniciados por professoras. Já a Nelson Mandela e a Eugênia Anna dos Santos realizam um trabalho mais abrangente, envolvendo não apenas as professoras, mas também a gestão escolar.

Nelson Mandela iniciou seu trabalho focado nas relações étnico-raciais em 2011, ano marcado pela posse de Dilma Rousseff, a primeira mulher eleita presidente do Brasil. Anteriormente conhecida como EMEI Guia Lopes, a instituição mudou seu nome para EMEI Nelson Mandela, em 2014, referenciando uma liderança mundial na luta contra o *apartheid* racial. A implementação de uma educação antirracista na escola enfrentou desafios, incluindo ações de violência, como a pichação do muro da escola com a frase: “Vamos cuidar do futuro de nossas crianças brancas” em 2011. Esse fato ilustra como a promoção de uma educação que faça elogio a pessoas negras pode provocar resistência e hostilidade.

A escola incorporou a luta contra o racismo como um dos principais eixos do seu projeto político pedagógico. O artigo sobre essa escola, escrito por França, Masella e Aragão (2020) durante a pandemia de COVID-19, detalha as estratégias adotadas para manter o trabalho durante o período. A pesquisa destes autores mostra que a escola desenvolveu uma

proposta fundamentada na Lei 10.639/2003, introduzindo a temática antirracista por meio de práticas pedagógicas baseadas em narrativas lúdicas.

Estas narrativas abordam questões do cotidiano com o uso de bonecos de pano de tamanho grande, que atuam como personagens principais e se tornam figuras de afeto: como o personagem Azizi Abayomi, um príncipe da África do Sul. Este personagem causou um impacto nas crianças, sendo diferente do imaginário tradicional de príncipes a que estavam acostumadas. Outras estratégias, apresentadas por França; Masella e Aragão (2020), foram as atividades na cozinha no preparo da culinária afro-brasileira; a sala de leitura em que diversas lendas africanas foram contadas; o espaço de artes onde as crianças produziram máscaras, mandalas e estampas de tecidos; além disso, as crianças tiveram a oportunidade de conhecer diversos jogos africanos.

As propostas pedagógicas da escola vão ao encontro do que defende Eliane Cavalleiro (2020) quando afirma que é essencial promover uma educação que favoreça o entendimento das diferenças étnicas, pois isso contribui para a formação de sujeitos com menor predisposição ao preconceito e à discriminação. O príncipe Azizi Abayomi, sendo um príncipe africano, oferece uma oportunidade para as crianças negras e brancas imaginarem pessoas pretas ocupando esse lugar de realeza. É fundamental que as crianças negras tenham acesso a essas representações, capazes de enegrecer as suas subjetividades. Segundo Eliane Cavalleiro (2020), as crianças negras frequentemente enfrentam experiências escolares marcadas por acontecimentos prejudiciais, dificultando o desenvolvimento de uma identidade positiva.

A Nelson Mandela não limitou seu trabalho com a educação afroreferenciada e antirracista apenas a projetos pontuais que promovem essa abordagem. Para França, Masella e Aragão (2020), a escola expandiu essa prática, integrando aspectos antirracistas em seu projeto político pedagógico, por meio de um currículo diverso e decolonial. Essa educação antirracista está presente em toda a escola, refletida nas diferenças celebradas, desde as turmas que recebem nomes de pessoas negras que contribuíram para a arte e cultura do Brasil, quanto nas paredes e ambientes dos espaços escolares. O trabalho realizado na Nelson Mandela se assemelha, portanto, ao da Escola Afro-brasileira Maria Felipa, nossa escola de referência aqui na pesquisa.

O artigo sobre o Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), em Goiânia, não oferece muitas informações planejadas sobre a instituição em si, mas foca no projeto

introduzido pelas professoras Célia Vieira e Thaís Carvalho, intitulado “Livro: um brinquedo diferente”, que surgiu a partir de rodas de conversa realizadas com um grupo de crianças de quatro anos, no ano de 2018. Como apresentam Vieira e Carvalho (2023), o projeto objetivou levar a instituição escolar a repensar a importância da formação continuada para introduzir o lúdico com a diversidade étnica na educação infantil. O projeto idealizava também promover uma interação respeitosa entre as crianças diante das diversidades presentes no ambiente escolar, bem como assumir o compromisso com a implementação da lei 10.639/2003, promovendo práticas pedagógicas que favoreçam a igualdade racial na educação infantil.

De acordo com Vieira e Carvalho (2023), a escola promoveu rodas de conversa abordando o tema “pequenos cidadãos, combatendo o preconceito e a discriminação”. Além disso, o projeto “Livro: um brinquedo diferente” introduziu uma literatura afrocentrada por meio de uma mala de livros composta por mais de 80 títulos de literatura infantil com personagens negros. A cada final de semana, duas crianças da turma levavam os livros para ler em casa, o que permitia que tanto elas quanto seus responsáveis tivessem acesso a diferentes culturas, tradições e à valorização da cultura negra.

É interessante notar que as professoras Vieira e Carvalho consideraram a necessidade de implementar práticas pedagógicas antirracistas, algo que precisa ser mais amplamente percebido por outros educadores e educadoras em suas escolas. Esse cenário contrasta com a experiência de Eliane Cavalleiro (2020), que, em sua pesquisa, observou a negligência de professoras ao silenciar diante de situações de racismo e discriminação, uma prática que, infelizmente, é mais comum do que intervenções pedagógicas efetivas contra o racismo. Estas professoras mostram como é importante, mesmo que sozinhas, agirem diante do cenário racista institucional.

Na escola UMEI, localizada na periferia de Niterói, o trabalho com a educação antirracista teve iniciativa com as professoras Joana Oliveira, Valdianne Pereira e Patricia Rebeque (2023), que identificaram a necessidade de valorizar todas as diferenças, incluindo as étnicas e estéticas, no ambiente escolar. Elas se questionaram sobre como abordar a educação antirracista com um grupo de crianças de 2 anos, sendo a maioria delas negras, e também refletiram sobre materiais, brinquedos, brincadeiras e os espaços da instituição, buscando entender se esses elementos valorizavam a estética negra.

Conforme Oliveira, Pereira e Rebeque (2023), para implementar a educação antirracista na UMEI, utilizaram o livro “Ei, você! Um livro sobre crescer com orgulho de ser

negro”, de Dapo Adeola. Elas escolheram essa obra visando incorporar a Lei 10.639/2003 no cotidiano das crianças de 2 a 3 anos. A estratégia pedagógica foi planejada a partir da pergunta: “Qual é a minha cor?”. No entanto, as docentes nos contam que enfrentaram dificuldades na execução dessa estratégia, pois a instituição não dispunha dos materiais necessários, sendo os livros e objetos utilizados fornecidos por uma das professoras.

As práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras focaram em trabalhar a convivência em relação à cor, explicando para as crianças os diferentes tons de pele que existem. As pesquisadoras Oliveira, Pereira e Rebeque (2023) promoveram uma experiência de reconhecimento utilizando um espelho ornamentado com tecido africano e apresentaram frases de incentivo para as crianças, como: “Seu potencial é infinito” e “Ame a sua pele”. A estratégia pedagógica utilizada pelas professoras da UMEI colabora para auxiliar as crianças a reconhecerem sua cor, uma vez que muitos adultos ainda têm dificuldades em se autodeclarar em relação à cor, devido à ausência de uma educação que aborde essas questões desde cedo. Eliane Cavalleiro (2020) observou em sua pesquisa que, ainda na educação infantil, “crianças negras já apresentam uma identidade negativa em relação ao grupo étnico ao qual pertencem”. Por essa razão, é importante desenvolver práticas pedagógicas que valorizem os aspectos físicos e culturais das crianças negras.

De acordo com Silva e Costa (2021), a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, situada no bairro São Gonçalo do Retiro, Salvador, Bahia, está localizada dentro do Terreiro de Candomblé Ilê Axé Afonjá, um dos mais importantes e renomados da Bahia, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), em 28 de julho de 2000. A escola oferece Educação Infantil e todas as turmas do Ensino Fundamental I.

Esta escola foi fundada em 29 de dezembro de 1992. Antes, ela era um projeto educativo afrocêntrico chamado Mini Comunidade Obá Biyi, que significa “mini comunidade onde nascem reis”. Conforme Silva e Costa (2021), esse projeto atuava em três modalidades: creche, pré-escola e desenvolvimento integral, com atividades que ocorriam no contraturno dos alunos e alunas da rede oficial de ensino. A Mini Comunidade tinha como objetivos educativos a valorização dos valores culturais, religiosos e identitários da comunidade negra e do próprio Terreiro e foi idealizada por membros da comunidade do Terreiro que também eram pesquisadores.

Segundo Silva e Costa (2021), atualmente a escola continua desenvolvendo um trabalho voltado para a preservação da história, memória e cultura africana e afrodiaspórica.

As professoras utilizam obras literárias sobre os mitos da cosmogonia iorubá, além de fazerem uso constante desse idioma africano. A escola nomeia as turmas com os nomes de orixás e ialorixás e promove, em aulas e atividades extracurriculares, oficinas de dança, artesanato e culinária que fazem parte da cultura afro-brasileira. O seu projeto político pedagógico segue um viés que dá protagonismo aos valores e à importância de lutas históricas do povo negro.

Por muito tempo, foi valorizado, e em muitos casos ainda é, apenas o ensino de uma cultura “branca”, um ensino eurocêntrico que marginaliza muitos conhecimentos fundamentais da cultura afro-brasileira. Quando esse ensino não é abordado e discutido nas escolas, as crianças negras inseridas no sistema de educação formal não veem a sua cultura representada nas escolas, nos livros didáticos ou nas histórias contadas, o que pode afetar a formação de sua subjetividade. Assim como a constituir as subjetividades brancas racistas.

Isildinha Nogueira (2021), em seu livro “A Cor do Inconsciente”, discute como a pessoa negra se depara com o esfacelamento de sua identidade negra, forçada a internalizar um ideal de ser branco. Ela argumenta que os sacrifícios envolvidos nesse processo de internalização podem levar a um desequilíbrio psíquico. Diante disso, é importante refletir sobre como crianças negras, inseridas em escolas onde suas subjetividades são moldadas apenas por experiências de um ensino centrado na cultura branca, podem ser profundamente afetadas. Por meio de uma abordagem na educação afroreferenciada e antirracista, crianças brancas podem desenvolver a consciência de que existem outras culturas além da cultura “branca” e que é necessário respeitá-las. Já as crianças negras terão acesso a uma educação que as conscientiza sobre a sua própria cultura, permitindo que, com o ensino antirracista, não deixem situações de racismo passarem despercebidas e, no futuro, saibam como se posicionar diante de tais circunstâncias.

É de extrema importância a existência de escolas como a Escola Afro-brasileira Maria Felipa, a EMEI Nelson Mandela, o Centro de Educação Infantil de Goiânia, a Unidade Municipal de Educação Infantil de Niterói e a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, que se posicionam contra um sistema que valoriza apenas um ensino eurocêntrico. Essas instituições desenvolvem estratégias pedagógicas que promovem a valorização de ensinamentos afroreferenciados. As práticas pedagógicas dessas escolas contribuem para a formação de cidadãos e cidadãs conscientes de sua cultura, história e ancestralidade, fortalecendo suas subjetividades a partir de uma perspectiva negra.

As instituições identificadas utilizam estratégias pedagógicas que valorizam a estética das pessoas negras, o que é algo extremamente necessário dentro do ambiente escolar. Essas instituições buscam proporcionar às crianças negras e brancas um imaginário positivo sobre a estética preta e negra, permitindo que elas se vejam representadas e reconheçam que sua beleza também tem espaço na escola.

Outra estratégia pedagógica que essas instituições utilizam é trazer a cultura afro-brasileira para dentro da escola, seja por meio de livros que contam histórias, da culinária afro-brasileira ou de brincadeiras africanas. Essas instituições oferecem tanto às crianças negras quanto às brancas a oportunidade de acessar um conhecimento que as conecta com as experiências negras. Diferente de abordagens que limitam esse conhecimento a datas comemorativas, como o 20 de novembro, “Dia da Consciência Negra”, essas instituições buscam trabalhar essa cultura ao longo de todo o ano letivo.

A estratégia pedagógica que essas instituições utilizam ao trabalhar com as crianças sobre os diferentes tons de pele pode auxiliá-las no futuro a se autodeclararem de forma consciente diante da sociedade e a perceberem o quanto a nossa sociedade brasileira é diversa, tanto na cor da pele quanto na cultura. O Brasil abriga uma variedade de culturas. Uma educação afroreferenciada e antirracista promove a conscientização sobre o respeito às diferenças e ajuda a entender que a nossa sociedade é plural.

Eliane Cavalleiro (2020) apresenta que as dificuldades que as professoras tiveram na escola em que ela estava pesquisando de reconhecer que a escola é um espaço onde o problema étnico também está presente, isso contribui para a manutenção do preconceito e, olhando para as instituições identificadas, percebe-se que as professoras dessas instituições notaram a necessidade de se terem estratégias pedagógicas antirracistas, e através destas estratégias poderem melhorar a relação social dessas escolas, seja entre alunos e alunas ou entre professores/professoras e alunos/alunas.

Com as professoras trazendo para as escolas um ensino antirracista, as crianças, especialmente as crianças negras, poderão se sentir mais acolhidas e vistas. Elas perceberão que sua cultura está sendo valorizada, ensinada e discutida, o que pode contribuir para a quebra do silêncio que Cavalleiro (2020) menciona ao descrever a “aprendizagem do silêncio” nas escolas, onde as crianças desenvolvem o pensamento de que “não conte nada para a sua professora, porque ela nada faz” (CAVALLEIRO, p. 52, 2020). É essencial que professores e professoras transmitam às crianças negras que elas podem quebrar esse silêncio,

especialmente o silêncio sobre o preconceito. Em escolas que promovem a educação antirracista, essa quebra de silêncio é incentivada, permitindo que os professores e professoras sejam vistos como pessoas de confiança para alunos e alunas negras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, foram apresentadas algumas escolas que possuem uma educação antirracista e afroreferenciada. São escolas comprometidas em oferecer aos seus alunos e alunas uma educação que promove as relações étnico-raciais e valoriza a cultura afro-brasileira. Através das estratégias pedagógicas dessas instituições, percebe-se a importância da existência de escolas antirracistas.

Ficou evidente o quanto a falta dessas escolas prejudica o desenvolvimento tanto de crianças negras quanto de crianças brancas, pois elas perdem o acesso a um ensino que as prepararia para lidar com as diferenças e a diversidade. Para as crianças negras, o acesso a esse ensino proporciona um entendimento sobre a própria cultura e as prepara para identificar situações de racismo. Para as crianças brancas, essa educação as ensina a lidar com a diversidade, a conhecer outras culturas e a entender que sua cultura não é superior.

Diante disso, percebe-se o quanto é necessário existirem mais escolas antirracistas e que essas instituições tenham maior visibilidade, para que suas estratégias de ensino possam ser conhecidas e alcancem outras escolas que ainda não adotaram uma educação antirracista. Assim, cada vez mais teremos instituições comprometidas em combater o racismo, promovendo uma sociedade antirracista.

As escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental I no Brasil que adotam um projeto político pedagógico curricular afroreferenciado, identificadas nesta pesquisa, são as seguintes: E.M.E.I. Nelson Mandela, a Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, um Centro Municipal de Educação Infantil localizado em Goiânia, e uma Unidade Municipal de Educação situada em Niterói.

As principais estratégias pedagógicas dessas escolas incluem a apresentação da cultura afro-brasileira por meio da literatura infantil, com livros que abordam a cultura afro-brasileira e africana. Além disso, são trabalhados os diferentes tons de pele com as crianças, utilizando estratégias que promovem um imaginário positivo sobre a estética negra para crianças brancas e negras. Essas práticas contribuem para enegrecer os processos de subjetivação dos alunos e alunas.

Portanto, as análises feitas sobre o impacto das escolas antirracistas no Brasil na construção de uma sociedade mais justa e igualitária revelam que uma educação antirracista proporciona não só uma boa relação entre alunos e alunas, mas também prepara professores e professoras para se responsabilizarem pelo problema do racismo fora e dentro da sala de aula. Escolas antirracistas oferecem aos docentes a oportunidade de trabalhar uma educação que formará pessoas capazes de contribuir para uma sociedade com mais equidade racial. Assim, é fundamental que debates e ações sobre essa temática sejam cada vez mais incentivados e ampliados.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Maria da Consolação. **Processos de subjetivação em afro-brasileiros: anotações para um estudo**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, vol. 23 n. 2, pp. 159–168, 2007.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990). Brasília, DF: Presidência da República, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 abr. 2013.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação infantil**. 6. ed., São Paulo: Contexto, 2020.

FRANÇA, Dalila Xavier de. **Discriminação de crianças negras na escola**. Revista Interacções, 13(45), 2018.

FRANÇA, Raul Cabral; MASELLA, Marina Basques; ARAGÃO, Ana Maria Falcão de. **A educação infantil na pandemia: a experiência de uma escola pública antirracista**. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n. 3, p. 893-918, set./dez. 2020.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente - Significações do corpo negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.

OLIVEIRA, Joana Paula dos Santos Gomes de; PEREIRA, Valdianne Guimarães; REBEQUE, Patricia Leal. **“Ei, você! Qual a sua cor?”: Práxis antirracista e a construção da identidade na educação infantil**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 25, n. 48, p. 1005-1024, jul./dez., 2023.

OLIVEIRA, Luiza Rodrigues de; BALIEIRO, Thais Bispo; SANTOS, Abrahão de Oliveira. **Racismo e psicologia na escola: diálogos entre Fanon e Freire**. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 2020.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa.** vol 07, n. 01 - jan. - Mar., 2021.

PORTO, Liana Barcelos; SILVA, José Rodolfo Lopes; SOUSA, Nilcelio Sacramento de. **A implementação da Lei 10.639/2003 nas escolas públicas brasileiras: desafios e perspectivas para a promoção de uma educação antirracista.** Revista Educação e emancipação, São Luís, v. 16, n. 3, set./dez. 2023.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. **A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista.** Revista brasileira de história da educação, n. 4, jul./dez. 2002.

SILVA, Mateus Melo da; COSTA, Francisco Vanderlei Ferreira da. **O protagonismo do Irê Ayó na construção de uma pedagogia de formação integral: Caminhos para a felicidade.** Educação Profissional e Tecnológica em revista, v. 5, n° Especial: Saberes dos Povos e Comunidades Tradicionais na composição da EPT, 2021.

VIEIRA, Cecília Maria; CARVALHO, Thaís Regina de. **Um brinquedo diferente na luta antirracista na educação infantil: o livro de literatura.** Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 25, n. 47, p. 227-246, jan./jun., 2023.